

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra para oferecer parecer à mensagem, em substituição à Comissão Especial, ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP. Para emitir parecer.) - Sr. Deputado Inocêncio Oliveira, que tem o privilégio de presidir esta sessão, há poucos dias recebemos, divulgado pelo IBGE, o Atlas do Saneamento do País. O Atlas do Saneamento mostra que, dos 170 milhões de brasileiros, apenas 130 milhões têm acesso a serviços de água potável. E, destes, apenas 102 milhões são servidos por rede de esgoto.

Do ponto de vista social, isso é um desastre, uma vez que dados do Ministério da Saúde revelam que mais de 60% dos leitos dos hospitais brasileiros são ocupados por pessoas que contraíram doenças por veiculação hídrica, ou seja, doenças transmitidas pela água.

Do ponto de vista econômico, representa imensa pressão sobre os orçamentos públicos para o financiamento do setor Saúde, para investimentos na área de saneamento básico, além de constituir forte inibidor do desenvolvimento do turismo, neutralizando as extraordinárias vantagens de regiões que receberam da natureza verdadeiras dádivas e que as perdem pela falta de saneamento.

Do ponto de vista ambiental, essa é a maior vergonha que um país pode exibir, porque torna indisponível para o consumo humano um imenso volume de água, notadamente nas regiões mais densamente povoadas.

Pois bem, hoje, o Plenário desta Casa tem a excepcional oportunidade de ajudar na realização de investimento concreto em saúde, sim, em saúde preventiva, viabilizando o saneamento básico em uma das regiões mais populosas do Estado de São Paulo, a Baixada Santista.

A SABESP já concluiu as tratativas com o J-BIC, e o Governo Federal já assinou nota prévia de entendimento com o Governo do Japão para tomar um empréstimo de 21 bilhões de ienes, o que corresponde a quase 220 milhões de dólares e a 640 milhões de reais. Somando-se a esse empréstimo aproximadamente 420 milhões de reais de contrapartida da SABESP, obter-se-á mais de 1 bilhão de reais, recursos a serem utilizados em 5 anos na ampliação da rede de coleta de esgoto. A cobertura à população, hoje em torno de 20%, vai chegar a 95%, praticamente a universalização do esgotamento sanitário na Baixada Santista, o que contribuirá para a melhoria da saúde das pessoas que lá residem e das que para lá se dirigem nas temporadas de férias.

Cabe ressaltar um dado curioso: a taxa de juros é de 2,5% ao ano, com prazo de amortização de 18 anos e 7 anos de carência. Repito, 2% de juros ao ano!

São condições excepcionais conseguidas pela SABESP em razão de seu extraordinário desempenho em projetos anteriores, como é o caso da despoluição da Bacia do Alto Tietê, em São Paulo, que se vem caracterizando como um dos muitos extraordinários desempenhos do Governo Alckmin, nas áreas ambiental e social.

Com o aval desta Casa, pode-se transformar esse projeto numa realidade concreta, para a melhoria da saúde e da qualidade de vida das pessoas que vivem naquela região. Em 9 Municípios: Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá, Bertioga, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, o projeto vai atender prioritariamente a moradores de baixa renda, uma vez que quase 52% das famílias têm rendimento inferior a 3 salários mínimos, e melhorar a balneabilidade das praias, incrementando o

setor turístico, gerando empregos e renda. E o que é mais importante: a taxa de mortalidade infantil naquela região é de 21,55 óbitos por mil crianças nascidas vivas, acima da média do Estado de São Paulo, que está em torno de 18,67. Com certeza, a implantação desse programa vai mudar esse triste índice de qualidade de vida. Analisando o projeto e os dados que nos são apresentados, podemos nos manifestar com absoluta segurança no sentido de que a mensagem do Poder Executivo atende aos pressupostos de constitucionalidade e juridicidade e de adequação financeira e orçamentária.

Quanto ao mérito, votamos favoravelmente, na forma de projeto de decreto legislativo anexo.

Muito obrigado.